

# **OBSERVATÓRIOS SOCIAIS NOS MUNICÍPIOS CATARINENSES: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES NA PRÁTICA DO VOLUNTARIADO**

## **RESUMO**

O Observatório Social do Brasil – OSB – nasce de pessoas organizadas e voluntárias em uma instituição que possa monitorar as contas públicas e conseqüentemente a aplicação correta dos recursos públicos. O objetivo deste estudo é identificar dificuldades e desafios dos Observatórios Sociais nos municípios de Santa Catarina (BR) em ter acesso às informações públicas. Por meio de uma pesquisa qualitativa, foram entrevistados os presidentes dos observatórios sociais dos municípios catarinenses. Ao todo, 14 observatórios devolveram os formulários devidamente preenchidos, os quais são analisados por meio de Análise de conteúdo, e são apresentados em quadros analíticos. O OSB é um aliado para o gestor que tem o interesse e a vontade de realizar uma administração pautada na transparência e ética, e não o contrário. Para que consiga analisar documentos e propor sugestões, ainda é necessário que a gestão pública forneça documentos e dados de forma mais estruturada e com detalhamento que possibilite a análise, o que ainda é um desafio, e, em muitas vezes, a informação nem é disponibilizada e quando é, tem o acesso confuso e difícil nos portais municipais.

## **INTRODUÇÃO**

O Observatório Social Brasileiro - OSB teve como precursor um movimento pela cidadania fiscal ocorrido na cidade de Maringá, influenciado pela Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (FACIAP) que, em 2005 promoveu vários eventos em cidades do interior do Paraná, para tratar sobre Cidadania fiscal e discutir sobre a correta aplicação de recursos públicos oriundos dos impostos pagos. Devido a incidência de desvios de recursos públicos, Maringá se candidatou a um projeto piloto, e foi considerada a primeira cidade a criar um Observatório Social, que se tornaria um organismo para fiscalizar e monitorar a aplicação dos recursos públicos do município.

A partir da experiência de Maringá foram criados, em 2006, 2007, 2008, observatórios sociais em outras 65 cidades aderiram a ideia e se reuniram para definir o que seria necessário à criação de um organismo integrado, responsável pela capacitação e suporte técnico aos observatórios de cada cidade. A experiência serviu como referência a todo Brasil.

Criou-se, então, o Observatório Social do Brasil, um organismo que coordena uma rede de Observatórios Sociais Municipais - OSM sendo 25 OSMs em Santa Catarina. O OSB se auto define como "uma instituição não governamental, sem fins lucrativos,

disseminadora de uma metodologia padronizada para a criação e atuação de uma rede de organizações democráticas e apartidárias do terceiro setor". (OSB, 2017)

A atuação da OSB é:

Como pessoa jurídica, em forma de associação, o Observatório Social prima pelo trabalho técnico, fazendo uso de uma metodologia de monitoramento das compras públicas em nível municipal, desde a publicação do edital de licitação até o acompanhamento da entrega do produto ou serviço, de modo a agir preventivamente no controle social dos gastos públicos. A instituição atua, ainda na educação fiscal, demonstrando a importância social e econômica dos tributos e a necessidade do cidadão acompanhara aplicação dos recursos públicos gerados pelos impostos; na inserção da micro e pequena empresa nos processos licitatórios, contribuindo para geração de emprego e redução da informalidade, bem como aumentando a concorrência e melhorando qualidade e preço nas compras públicas; e na construção de Indicadores da Gestão Pública, com base na execução orçamentária e nos indicadores sociais do município, fazendo o comparativo com outras cidades de mesmo porte. E a cada 4 meses realiza a prestação de contas do seu trabalho à sociedade. (OSB, 2017, n.p)

Ocorre que, em geral, poucos gestores municipais trabalham no planejamento da Transparência, da disponibilização de dados e informações, e utilização de indicadores, por exemplo, para fazer planejamento plurianual. Para Michaelis (2017), transparência é característica de quem age de modo franco e sem subterfúgios. Em cidades que possuem observatório social, percebe-se avanços neste sentido. No ano de 2016, por conta do processo eleitoral, a prefeitos atuais, à época de sua candidatura, assinaram cartas de compromisso com os observatórios, comprometendo-se com a Transparência, controle e gestão. Percebe-se, pois, que foram feitos avanços e que a ação do observatório social tende a melhorar a eficiência na gestão pública, fornecendo aos prefeitos, orientações, notícias sobre ferramentas de gestão e de controle, visando melhorar a sistemática de gestão pública.

Neste contexto, o presente estudo procura responder à questão sobre quais as dificuldades dos Observatórios Sociais nos municípios de Santa Catarina em ter acesso às informações públicas? Como objetivo do estudo buscamos identificar dificuldades dos Observatórios Sociais nos municípios de Santa Catarina em ter acesso às informações públicas. A importância do estudo se evidencia quando comparado a rede de observatórios sociais e a efetivação de ações em todo território nacional, ações que visam a diminuição da corrupção e a o desenvolvimento da consciência cidadã e controle social.

Assim, o trabalho de cada Observatório nas cidades, além da questão do controle social, do monitoramento das contas, é um trabalho educativo, tanto para cidadãos, quanto para os gestores municipais. Está se buscando criar uma nova cultura de gestão pela eficiência, gestão pela excelência e o papel do gestor municipal, em prestar contas ao

cidadão e tornar públicos todos os gastos e investimentos, deve ser presente e transparente.

### **Justificativa**

Atualmente, inúmeras são as bases de dados públicas e privadas disponíveis. A utilização das bases de dados, entretanto, ainda é pouco difundida e conhecida. A dispersão das bases de dados e por muitas vezes o conhecimento técnico necessário para sua operacionalização e extração de informações, dificulta a extração de informações personalizadas (VAZ, 2007).

Para este fim, é imprescindível a estruturação das informações, o monitoramento e consequente atualização destas para que as mesmas sirvam de suporte para programas e políticas públicas de fortalecimento ao empreendedorismo e inovação nas empresas e sociedade. Para que ocorra a difusão e utilização das informações, as mesmas precisam ser de fácil acesso aos interessados, ou seja, os gestores públicos precisam entender que a disponibilização de dados e informações aos cidadãos está prevista na Lei de Acesso a Informação (LAI). No Brasil, existe a Rede de Observatórios Sociais do Brasil, que tem o objetivo de “observar as contas públicas”. Os Observatórios Sociais, na sua essência, são os olhos do povo nas contas públicas, com isso, por meio de suas comissões, participam efetivamente das ações ligadas ao poder público, na aplicação correta e coerente do dinheiro público. Destaca-se também o papel preventivo e educativo dos OS's, quando possível.

A utilização de orçamentos públicos e participativos pelas prefeituras, tornou-se uma ação comum. É necessário a criação de uma estratégia que possa agregar às ações já praticadas, possibilidade de uma disseminação de informações para todas as classes da sociedade. Nessa perspectiva, é que a criação do observatório é sustentada, considerando a *co-production*, ou seja, a possibilidade de o usuário participar na produção de novas informações.

O Observatório Social tem usuários distintos, entre eles, as próprias prefeituras e secretarias, câmara de vereadores, enquanto no setor privado: a) empresários de todos os setores da economia e tamanhos de empresas; b) colaboradores das empresas; c) empreendedores; mas, o principal interessado é o cidadão.

O efeito da implantação do Observatório permite a tomada de ações que possam ser preventivas, ou seja, tomadas antes que ocorram os problemas, detectivas, que sirvam

para detectar possíveis desvios, e, também, corretiva, que possibilite a correção de ações que estejam comprometendo situações socioeconômicas. Atualmente, diante de problemas que o Brasil está passando, de combate à corrupção e conscientização do povo sobre consciência fiscal e cidadã, a transparência e os controles informatizada via *website* têm sido destacados na literatura como uma prática fundamental para administrações públicas eficientes, sobretudo em processos que envolvem múltiplas partes interessadas (SNELLEN; THAENS; DONK, 2012, apud FONSECA; RESENDE, 2016, p. 2).

### **Importância, impactos e resultados**

Com a aumento da consciência cidadã e do atual problema social do país, que reside em ações de corrupção divulgadas em quase todos os dias do ano, se faz necessário um esforço conjunto entre cidadão, instituições públicas e privadas, organizações sem fins lucrativos, para evitar que a corrupção se agrave no país e que consigamos a redução da corrupção por meio de boas práticas de gestão.

É importante identificar principalmente do poder público o interesse nessas questões. Existe uma diferença entre ter o interesse e realmente efetivar ações de combate à corrupção e administração transparente.

### **Estado da arte**

A gestão da informação existente nas bases de dados públicas e de entidades no Brasil e no mundo, oportunizam decisões rápidas e embasadas, independente do contexto da decisão. Para Diniz, Taliberti e Guimarães (2012) o direito e a garantia à informação pelo cidadão, facilita a transparência da relação Estado – Cidadão. A necessidade de agrupar e disseminar as informações de forma estruturada é fundamental para que a sociedade consiga ter acesso aos indicadores gerados a partir dos dados e informações. Para Sakata et al (2013) desde a década de 50, a popularização da informação e conscientização científica vem crescendo, pela capacidade das novas ferramentas computacionais.

A construção do Observatório urbano de Nova York, que para Savas (1968), constituiu-se em um centro de pesquisa urbana, com a possibilidade de reunir dados e informações que pudessem sustentar decisões voltadas ao desenvolvimento de Nova

York, a exemplo: prevenção de incêndios, programas de controle de poluição, análise de serviços de saúde, entre outros.

Em estudos recentes, Wehn; Evers (2015), trabalham a aplicação de Observatório como inovação social, tornando-o uma ferramenta para que cidadãos comuns, não apenas cientistas e técnicos, possam acessar dados e informações, neste caso, riscos com águas e inundações, acompanhar e monitorar, não significando que terão acesso à gestão dos observatórios, trabalhando o conceito de coparticipação.

As compras públicas eletrônicas, *e-procurement*, torna-se um aliado do governo, cujo os propósitos são reduzir custos, aumentar a qualidade e assegurar a transparência. É preciso melhorar os métodos de medição dos portais, portanto o artigo propõe a criação de uma base de indicadores quantitativos, que considerem as boas práticas. (CONCHA, et al, 2012).

Concha (2012), no exemplo de compras públicas eletrônicas *e-procurement*, sugere a aplicação da ferramenta eGPO-MM no intuito de mensuração periódica dos portais *e-procurement*, assegurando as melhores práticas de governança eletrônica aos portais.

Botello et al (2013), apresentam o caso do Observatório da Saúde de Astúrias, na Espanha, com o mapeamento dos ativos: a) recursos de indivíduos; b) recursos das associações formais; c) recursos das associações informais; d) recursos físicos da área; e) recursos econômicos; f) recursos culturais; g) recursos das organizações. Para obtenção das informações sobre esses ativos, foram usadas técnicas como: entrevistas em profundidade; grupo focal; base de dados web/redes; conversas; narrativa, entre outros.

Schaaf e Jagade (2015), apresentam uma visão das experiências no desenvolvimento de aplicativos móveis para acesso à dados e informações de Observatórios, acessadas de qualquer lugar do mundo, favorecidas por tecnologias emergentes como HTML5, JavaScript e CSS, vendidos em lojas virtuais. Dalfovo, Schirmann e Correia (2010), manifestam a importância dos dados e informações constantes no observatório, no caso, observatório da educação, auxiliando o processo de inteligência competitiva das Instituições de Ensino.

Wilkinson (2015), comenta dos Observatórios da Saúde Pública da Inglaterra, que há 14 anos compartilham experiências e disseminam métodos e resultados, de forma rápida. O Observatório Comunitário Rural do Sudoeste Asiático da Malásia, segundo Jahan et al (2014), afirma existir contrastes entre a população urbana e rural, em saúde, obtidos com dados e informações do Observatório, ou seja, reforça a importância de

Observatórios estruturados e que possam assegurar o monitoramento e decisões em seu segmento.

O planejamento e controle de ações pressupõem a identificação, aquisição, armazenagem, compartilhamento, criação e uso do conhecimento tácito e explícito, com o fim de maximizar os processos organizacionais em qualquer contexto. Todo esse processo viabiliza-se mediante o substrato comunicacional. (LEITE & COSTA, 2007).

Neste contexto, surgem a importância de indicadores que possam transformar os dados armazenados em informações úteis para o conhecimento tácito e explícito. A importância dos indicadores reside no fato auxiliar na mensuração de variáveis do processo. Para Januzzi (2005), servem como medidas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático. Os indicadores surgem da necessidade de “acompanhamento dessas ações em termos da eficiência no uso dos recursos, da eficácia no cumprimento de metas e da efetividade dos seus desdobramentos sociais” (JANUZZI, 2005, p. 139).

Nesse contexto, o papel do Observatório é imprescindível para manutenção, geração e disseminação das informações de qualidade, que possam retratar opiniões e análises de pesquisadores de campos do saber diferentes, e auxiliar e sustentar políticas públicas. Fratucci (2009, p. 391) critica o descaso das políticas públicas e argumenta sobre “a possibilidade da consolidação de redes regionais como novas instâncias de governança para tal função, desde que sejam frutos de processos endógenos, participativos e realmente democráticos que constituam num novo ‘espaço-tempo’ favorável às deliberações democráticas”.

Por outro lado, as informações para gestão nas diferentes instâncias, são fundamentais para levar informações aos empresários e entidades, ocorrendo a descentralização das informações. A participação do cidadão na esfera pública, em termos gerais, está associada ao poder e ao controle (SALM; MENEGASSO, 2010). A coprodução das informações é uma premissa para a utilização e valorização das informações geradas e podem ser divididas nos modelos de coprodução (SALM; MENEGASSO, 2010)

Schommer et al (2015), buscaram identificar características da coprodução da informação e do controle sociopolítico sobre a administração pública nas relações entre observatórios sociais brasileiros e órgãos estatais de controle, propondo um modelo dividido nas categorias: a) política-cultural; b) valorativa; c) organização sistêmica; e) produção. Schommer et al (2015), destacam que a coprodução de bens e serviços públicos

fazem parte da cooperação mútua entre governo e cidadãos, sistematizando ações de atores combinados com elementos legais, institucionais e informais. Segundo Schommer et al (2015, p. 1381) “a qualidade da coprodução de informação e controle – do ponto de vista sistêmico – é definida pelo papel desempenhado por cada parte envolvida no processo e pela qualidade da relação entre eles.”

Starosky (2014) comenta da importância da Lei de Acesso à Informação (LAI) para a transparência e ressalta a necessidade da vontade dos gestores públicos, como exemplo cita a dificuldade de acesso à portais de transparência.

Essa possibilidade de construção conjunta da informação, exige uma reciprocidade das partes, no caso governo e população em geral, para que ambos construam informações que agreguem ao crescimento e desenvolvimento, sempre considerando as práticas de governança. Secchi (2009) afirma que a base da governança regula e aloca recursos pela relação entre cidadãos e governo.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Visto que a pesquisa busca analisar as percepções dos gestores dos Observatórios Sociais nos municípios acerca das dificuldades de obtenção de informações de qualidade do setor público, foram entrevistados os Presidentes dos Observatórios Sociais dos Municípios – OSM – do estado de Santa Catarina ou pessoas indicadas por eles.

Para a coleta de dados, foi desenvolvido e disponibilizado um formulário de entrevista por meio da plataforma *Google Forms*. Este formulário foi encaminhado, via e-mail, para 25 OSM's do estado de Santa Catarina, ou seja, todos os municípios catarinenses com Observatórios em funcionamento, sendo: Balneário Camboriú, Blumenau, Brusque, Caçador, Chapecó, Criciúma, Forquilha, Florianópolis, Içara, Imbituba, Indaial, Itajaí, Joinville, Lages, Mafra, Morro da Fumaça, Navegantes, Palhoça, Pinhalzinho, Pomerode, Rio do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Tubarão e Xaxim, no mês de dezembro de 2019. Os e-mails para encaminhamento dos formulários foram obtidos junto ao site do Observatório Social do Brasil.

Os formulários destinados aos Presidentes dos OSM's contemplaram 10 questões abertas, sendo a primeira referente à caracterização do observatório, e as demais buscaram compreender as dificuldades na obtenção de informações públicas, especificamente de prefeituras e câmaras de vereadores. Dos 25 formulários encaminhados, 14 retornaram, devidamente preenchidos.

Para a análise das entrevistas, foi adotada a metodologia de análise de conteúdo, onde cada uma das 14 respostas obtidas para cada questionamento será analisada conjuntamente. Para preservar a identidade de cada observatório e de seu respectivo coordenador respondente, foi estabelecida a letra “O”, acompanhada por um número sequencial, como codificação dos sujeitos pesquisados.

## RESULTADOS

Os formulários de entrevistas, nas suas perguntas iniciais, buscaram a caracterização dos observatórios, evidenciando que na sua maioria, têm uma dificuldade em obter a participação efetiva de voluntários. Os observatórios O13 e O7 são exceções, sendo que possuem 119 e 65 voluntários respectivamente. A média de voluntários fica entre 15 e 20 voluntários. A maior participação de voluntários possibilita uma atuação mais efetiva dos observatórios por meio de comissões constituídas.

Na pesquisa, evidencia-se uma preocupação dos observatórios com as licitações, sendo que apenas os municípios O5, O9, O11 e O12 não possuem comissões específicas para esse fim. Os observatórios O1, O6, O7, O10, O13 e O14 encontram-se com um maior número de comissões constituídas.

Os Observatórios contam com softwares adquiridos ou conseguidos de forma gratuita pelo Observatório Social do Brasil OSB e distribuído para sua rede de observatórios. Entre os mais conhecidos e utilizados, podem ser destacados Microsoft Office 365 (disponibilizado gratuitamente pela Microsoft), Gestor TCC – destinado ao monitoramento de compras e licitações, Gestor OSB – apoia os gestores dos observatórios a gerenciar seus observatórios, Monit Legis – monitora as câmaras de vereadores municipais, Monit Social – apresenta as pessoas que recebem determinados benefícios sociais, entre outros como portais de transparência.

O Quadro 1 mostra como são aprimorados os processos internos dos OS's investigados.

Quadro 1 – Melhorias dos processos internos nos observatórios

Observatórios	Respostas
O1	Segue-se as orientações do OSB e processos administrativos em geral. Contratação coordenação; monitoramento diário das licitações; Criação Fluxo de Caixa; Publicações redes sociais.
O2	Convênio com universidade para disponibilizar estagiários.
O3	As melhorias começaram através das capacitações dos voluntários e participação nas reuniões para definir os trabalhos a serem feitos.
O4	Frequentes capacitações, melhoramento e criação de gestores.
O5	Através de reuniões e estratégias
O6	Regimento interno, planilhas de controle, modelo de documentos e relatórios.



O7	Uma vez por semana o grupo administrativo realiza uma conversa chamada GT Inovação, e nesta reunião definimos o que precisa ser melhorado, fazemos um Brainstorming e elaboramos as melhorias. Internamente melhoramos o gerenciamento das atividades por meio do Trello; definimos um novo procedimento para entrada de voluntários e gestão dos grupos de trabalho; buscamos novas ferramentas como Mlab.
O8	contratação de profissionais para trabalharem efetivamente no “O8” e dedicação a um assunto em específico e a contratação de assessoria de imprensa para divulgar o trabalho do “O8”.
O9	Decisões colegiadas; reprodução de boas práticas, ações propositivas de aperfeiçoamento da gestão pública municipal
O10	Utilização dos sistemas propostos pelo OSB (sistema gestor), registros minuciosos dos trabalhos e processos de trabalhos.
O11	Cada núcleo processa suas demandas internamente, expondo mensalmente em reuniões, nossa estrutura é pequena, mas as demandas vêm chegando e estamos sempre atentos
O12	Em nossas reuniões, avaliamos o que não está funcionando bem.
O13	Através da comunicação às comissões com a criação de grupos no WhatsApp; Comunicado através das reuniões e através da página no Facebook e do site do OSB O13. Estudos através de reuniões com técnicos; Estudos dos editais das licitações com os técnicos especialistas no assunto; Redação de conteúdos técnicos pelos especialistas.
O14	O OSB O14 irá completar 2 anos de atividade, então nesta primeira fase o processo ficou focado na estruturação interna, criando os Grupos de Trabalhos e na capacitação dos voluntários.

Observação: Respostas na íntegra

De acordo com o Código de Conduta do OSB, todo e qualquer OS constituído deve “respeitar as diretrizes estabelecidas pelo Observatório Social do Brasil, fundamentado na padronização dos trabalhos” (OSB, 2018, p. 05).

Percebe-se, no Quadro 1, que os observatórios municipais se encontram em diferentes estágios de maturidade. Todavia, é possível afirmar que as principais ações em prol de melhorias nos processos são reuniões e capacitação dos voluntários. O OSB faz a sugestão de uma estrutura de funcionamento incluindo a documentação e apoio nas rotinas dos OSMs. É importante o cumprimento das normativas, uma vez que o OSB faz pensando sempre no desenvolvimento por meio da cidadania.

As reuniões nos observatórios O2, O4, O6, O8, O13, acontecem semanalmente, enquanto nos observatórios O1, O7, quinzenais, e nos demais, mensais. Obviamente que, em tendo necessidade de pauta extraordinária, a reunião é realizada com envio do material anteriormente aos participantes. As pautas extraordinárias podem vir de demandas do Observatório Social do Brasil, das Comissões ou do próprio planejamento da diretoria.

O Quadro 2 apresenta as formas de divulgação escolhidas pelos observatórios para comunicação das ações e atividades aos cidadãos.

Quadro 2: Processo de divulgação das ações e atividades desenvolvidas pelo observatório para os cidadãos	
Observatórios	Respostas

O1	Redes Sociais; Jornal Local; NSC; Rádio Comunitária; Apresentações universidades, etc.
O2	Pelas redes sociais.
O3	A divulgação acontece através da página do Facebook, E-mail, Revista, folderes e relatório quadrimestral.
O4	Através das redes sociais e relatórios quadrimestrais.
O5	Através das redes sociais, folders, palestras
O6	Em mídias sociais por meio da câmara de comunicação.
O7	Por meio de informativo mensal enviado por e-mail; Mídias sociais (Facebook e Instagram); Site do OSB; jornal; rádio.
O8	Estamos iniciando trabalho com assessoria de imprensa para fazer esse trabalho
O9	Jornais locais e rádio
O10	WhatsApp, Instagram, Facebook e mídias locais
O11	Mídias sociais e impressas
O12	Por meio das redes sociais.
O13	Através de reuniões e palestras; Apresentações de prestação de contas; postagens nas mídias sociais; pautas para a imprensa escrita e radio difusão;
O14	Através das redes sociais e website

Como apresentado no Quadro 2, os OSM's utilizam como principal e mais corriqueiro meio de comunicação as mídias sociais. Além destas, jornais e rádios locais e divulgação entre os próprios voluntários figuram entre as principais formas de apresentação das ações à comunidade. De acordo com o artigo 11 da lei nº 13.204, de 2015, que trata sobre organizações civis sem fins lucrativos, como os observatórios sociais, tais instituições deverão “divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública” (BRASIL, 2014).

Uma forma pouco utilizada pelos observatórios investigados (somente pelo O1, conforme as respostas), e que pode acarretar bons resultados é a interação entre observatório e universidades. A aproximação entre OS's e universidades pode ser benéfica para ambas instituições, gerando maior interesse dos jovens pela gestão pública, novos estudos acadêmicos relacionados a participação da sociedade civil nas políticas municipais e participações dos próprios universitários como voluntários nos OS's.

O Quadro 3 apresenta as principais ações do poder executivo que são monitoradas pelos observatórios investigados.

Quadro 3: Principais ações monitoradas pelos OSMs no poder executivo

Observatórios	Respostas
O1	Monitoramento Licitações; Acompanhamento Obras em execução e finalizadas. Licitações: Portal Transparência; Análise edital; Publicação editais nas redes sociais; Acompanhamento certames mais importantes. Obras: Visitas in loco, por especialistas.
O2	Obras (acompanhamento da execução pela equipe de engenharia), licitações (análise de edital e acompanhamento da sessão)
O3	Licitações. Através de estudos dos editais e acompanhamento dos certames.

O4	Licitações, decretos, apresentação de contas, orçamentos, dentre outros. São monitoradas através do portal da transparência, presencialmente na sede da prefeitura, através de ofícios ou e-mail.
O5	Através de redes sociais, portal de transparência e pessoalmente na prefeitura
O6	Sem resposta
O7	Compras (licitações, dispensas); Obras; Quantidade de pessoal (efetivos, comissionados, estagiários); Transparência;
O8	Monitoramos as licitações, portal da transparência e estamos iniciando um trabalho para monitorar as obras e a entrega dos produtos adquiridos em licitações. As licitações são monitoradas pelo portal de compras da prefeitura e feito análise não só do formato como do preço e dos participantes e vencedores.
O9	Licitações, execução de gastos, andamento de obras
O10	São inúmeras, divididas por áreas cada uma monitorada segundo sua especificidade.
O11	Principalmente licitações e portal de transparência
O12	Licitações e monitoramento de obras.
O13	Monitoramento da boa aplicação dos recursos é o foco principal, para tal, acompanhamos as: Compras de produtos e serviços Entregas de produtos e serviços Prestação de contas econômico/financeiro Pesquisas de preços Através do acompanhamento feito pelos voluntários para o monitoramento do correto uso dos recursos públicos; consultas aos portais transparências; sites dos órgãos controladores. Consultas através dos sites de preços como Compras.gov por exemplo
O14	Acompanhamos entregas: indo ao local de entrega, coletando informações, monitorando os produtos entregues afim de identificar se estão em acordo com o referencial descritivo quanto à qualidade, integridade, quantidade, etc. Visitas/reuniões com os secretários e equipes, com objetivo de conhecer os processos e alinhar ações/atividades;

Segundo o OSB, os OS existem para o monitoramento das contas públicas em nível municipal, desde a publicação de um edital de licitação até o acompanhamento da execução dos serviços por parte da empresa ganhadora, agindo preventivamente no controle dos gastos públicos (OSB, 2017).

Fica evidenciado, pelo Quadro 3, que as principais ações monitoradas pelos OSM's estão relacionadas às licitações e obras, o que provavelmente é em função dos maiores valores de aplicação do dinheiro público e/ou por serem o principal instrumento governamental para ações orçamentárias. Segundo Como, para cada atividade monitorada, precisa um número significativo de voluntários, são estabelecidas ações prioritárias em cada OSM.

Existem OS, a citar O13 que possui um número maior de voluntários e consequentemente consegue atuar em várias frentes, como apresentado no Quadro 3.

O quadro 4 mostra a atuação fiscalizatória dos OS sobre o poder legislativo.

Quadro 4 - Principais ações monitoradas pelos OSMs no poder legislativo

Observatórios	Respostas
---------------	-----------

O1	Licitações; Propostas Legislação; Audiências Públicas; Gestão de Contratos. São monitoradas via Portal Transparência; Pedidos de Acesso Informações; Acompanhamento Discussões Audiências Públicas. Envio Ofícios, etc.
O2	Contas públicas do legislativo e comparativo com outras Câmaras no estado com o mesmo número de habitantes. O monitoramento é feito todo pelo portal da transparência.
O3	Fazemos o acompanhamento das audiências públicas e licitações.
O4	Sessões, votações, projetos de lei, dentre outros. São monitoradas através do portal da transparência, presencialmente na sede da Câmara, através do canal do Youtube, ofícios ou e-mail.
O5	Leis sancionadas e projetos de leis, através dos sites
O6	Cargos, salários, licitações e despesas. São monitoradas pelo relatório financeiro trimestral, e suas informações são captadas no portal da transparência.
O7	Sessões; Licitações; Gastos fixos; quantidade de pessoal;
O8	Estamos ainda iniciando uma planilha onde pretendemos divulgar todos os projetos, emendas e leis de cada vereador, bem como sua relevância para que possa ver o que cada um vem contribuindo com o município.
O9	Sessões ordinárias e despesas
O10	Produção e despesas, por meio de acompanhamento mensal.
O11	Ainda não atuamos no poder legislativo
O12	Licitações e produção legislativa.
O13	As atividades do Legislativo tais como proposições Presenças / Faltas Diárias Prestação de contas Gastos do orçamento Audiências públicas Reuniões de trabalho  Através da presença de voluntários, com a geração e análise dos relatórios; Através dos portais de transparência; É de plataforma específica interna com o lançamento das informações (MonitLegis)
O14	Até o momento não exercemos essa atividade, porém já temos voluntários estudando e se capacitando para iniciar em 2020.

Visto que, conforme o OSB, a principal função dos OS é monitorar os gastos públicos (OBS, 2017), pode-se afirmar que, analisando as respostas constantes no Quadro 4, os OS's investigados têm suas atenções para as ações geradoras de despesas, principalmente. Desta forma, em diferentes medidas, os OS's investigados estão cumprindo com seu papel social.

O quadro 4 evidencia que o O13 está bem estruturado e organizado, monitora uma gama de ações significativas e que trazem resultados diretos com a gestão pública, a citar as diárias, gastos e produtividade da câmara de vereadores. Ressalta-se também a estrutura do O1 e O7 que monitoram um grande número de informações.

Quando questionados sobre se Observatório é atendido nas demandas de informação que são solicitadas ao Prefeito, verifica-se que a maioria das prefeituras deixa a desejar, conforme mostra quadro 5.

Quadro 5 – Atendimento das demandas de informação do OSM pela Prefeitura

Observatórios	Respostas
---------------	-----------

O1	Não. Quando se tratam de assuntos polêmicos e que envolvem grandes valores financeiros, geralmente não nos respondem. E se respondem, não cumprem prazos LAI.
O2	Em partes, algumas secretárias não respondem informações de ofícios.
O3	Não. Alguns setores nos auxiliam com informações e documentos, mas ainda temos dificuldade em ter acesso a tudo.
O4	Em grande maioria é atendido no prazo. Algumas solicitações transcorrem o prazo, mas são respondidas. E algumas exceções não são respondidas, a respeito destas realizou-se reunião com o Secretário de Administração, onde lhe foi informado que as solicitações que se mantiverem sem resposta serão encaminhadas ao Ministério Público.
O5	Nem sempre, há muitos pedidos através de ofícios que não são respondidos no prazo
O6	Sim. Todos os questionamentos são atendidos.
O7	Sim, o que fica pendente de retorno geralmente são assuntos relacionados a obras e aos conselhos municipais.
O8	Sim, sempre obtemos respostas, nem sempre satisfatórias primeiramente, mas sempre procuram nos passar informações solicitadas e não causam dificuldade ou demora.
O9	Sempre tem resposta, ultimamente com mais celeridade, embora ocasionalmente ocorre demora.
O10	Sim, até o presente momento todas as solicitações são respondidas e são muitas.
O11	Sim. Somos atendidos prontamente em sua totalidade
O12	É atendido, mas não em sua totalidade.
O13	Parcial – há pedidos sem respostas, outros com respostas insuficientes, Para isso, eventualmente fizemos um ofício com relatório das pendências ou respostas insuficientes
O14	Sim. Todos os Ofícios que enviamos são respondidos no prazo e, a maioria das solicitações são atendidas.

A LAI estabelece o direito de acesso à informação sobre a gestão pública por parte de qualquer cidadão civil. A publicidade de toda e qualquer informação é preceito geral, salvo quando sob sigilo. A negativa por parte do poder público de divulgação de informações deverá ser justificada, sob pena de punição (BRASIL, 2011).

Conforme as informações obtidas no Quadro 5, percebe-se que parte das prefeituras não atendem ou atendem parcialmente as demandas de informações dos observatórios, dificultando e retardando resultados e divulgações completas para a sociedade. Por quê do não atendimento?

As dificuldades acentuam-se pelo fato que com o baixo número de voluntários, os OSMs precisam gastar um bom tempo em protocolar ofícios para diferentes órgãos e secretarias no intuito de conseguir informações que deviam estar disponibilizadas nos portais dos municípios.

O Quadro 6 apresenta a percepção dos OS's em relação à obtenção de informações junto às Câmaras de Vereadores.

Quadro 6 - Atendimento das demandas de informação do OSM pela Câmara de Vereadores

Observatórios	Respostas
O1	Sim, sempre respondem. Cumprem prazos LAI.
O2	Na demanda de informações solicitadas sim, porém dificultam um pouco o acesso após o trabalho realizado pelo Observatório que mostrou que nossa Câmara custa mais que em outros municípios com o mesmo número de habitantes.

O3	Não na totalidade.
O4	Em grande maioria é atendido no prazo. Algumas solicitações transcorrem o prazo, mas são respondidas.
O5	Sim, câmara sempre foi muito acessível, e já se disponibilizou até o escritório do observatório para tratar de assuntos.
O6	Na maioria das vezes.
O7	Sim, recebemos o retorno das solicitações.
O8	Sim, sempre nos respondem e sem causar maior dificuldade.
O9	Sempre tem resposta e com rapidez.
O10	Nem sempre, algumas demandas não são respondidas.
O11	Sim, aos pedidos de revisões e ajudas n poder legislativo somos prontamente atendidos
O12	Não, não é atendido.
O13	Parcial – há pedidos sem respostas, outros com respostas insuficientes, Para isso, eventualmente fizemos um ofício com relatório das pendências ou respostas insuficientes.
O14	Sim. O que foi solicitado até o momento, foi atendido.

Conforme o Quadro 6, a câmara de vereadores tem uma preocupação maior com a entrega de informação aos observatórios, atendendo quase à totalidade as demandas. Todavia, ainda há necessidade de aperfeiçoar a relação para que seja alcançado o atendimento da totalidade das demandas, cumprindo o que rege a LAI.

O Quadro 7 apresenta as respostas referentes aos formatos de arquivo utilizados para entrega das informações solicitadas.

Quadro 7 – Formato das informações prestadas pelos órgãos de Prefeitura e Câmara de Vereadores aos Observatórios

Observatórios	Respostas
O1	Geralmente Formato Digital. Muitas vezes, alegam não ter mão de obra disponível para fornecer documentos digitalizados. Exigem pagamento Taxa Protocolo e Cópias. Não atendem as expectativas do OSB - Palhoça.
O2	Tudo pelo Portal da Transparência, não atende todas as necessidades, pois os dados nem sempre são fáceis de achar no portal, a leitura do portal é de difícil acesso aos cidadãos.
O3	As informações são disponibilizadas através do portal da transparência e quando não estão disponíveis, eles nos encaminham via e-mail.
O4	Através de ofícios resposta entregues de forma física ou via e-mail, atendendo às necessidade e expectativas do Observatório
O5	SITE e divulgação no Facebook. NÃO
O6	Portal da transparência (maioria) Sim, atende.
O7	Por meio do portal da transparência. Em parte, muitas vezes faltam complementos, a descrição das informações é precária.
O8	São feitas através do portal da transparência e não entendemos como satisfatório porque ainda faltam algumas informações e algumas são muito difícil de encontrar. Acreditamos que poderia ser mais fácil o entendimento para o cidadão comum ter entendimento.
O9	Feitos no portal de transparência e no diário oficial dos municípios. De modo geral tem atendido.
O10	Sempre via ofício, buscamos ser precisos nos pedidos e na maioria das vezes recebemos a resposta de forma solicitada.
O11	Geralmente respostas por e-mail ou impressos, atende nossas necessidades
O12	Em formato impresso e digital. Não atende plenamente.
O13	Portal Transparência, reuniões presencias e Ofícios.
O14	Através do Portal da Transparência e, quando não há informação suficientemente clara ou inexistente, fazemos solicitações por ofícios;

Conforme o quadro 7, a maioria das informações prestadas pela gestão pública aos observatórios são feitas pelos portais, e quando necessário, em formato impresso e arquivos. Contudo, não há uma padronização das informações, inclusive pela utilização de sistemas de informações variados e, que em alguns casos, não possuem a flexibilidade necessária.

A consulta feita em alguns dos portais, apresentou painéis confusos e informações de difícil acesso, que um cidadão sem conhecimentos em informática teria dificuldade em encontrar. Isto mostra que os órgãos públicos não estão seguindo corretamente as determinações impostas pela LAI, que estabelece que as informações devem ser disponibilizadas de forma clara e objetiva, a fim de facilitar o acesso por parte de qualquer cidadão (BRASIL, 2011).

O Quadro 8 apresenta as dificuldades na obtenção de informações por parte dos OS's.

Quadro 8 – Desafios e dificuldades encontradas na disponibilização e qualidade das informações para os OSMs

Observatórios	Respostas
O1	Os desafios são a alegada falta de mão de obra. Há grande diferença entre os dois poderes. O Legislativo atende com maior agilidade e qualidade na entrega das informações.
O2	
O3	Desafio de conseguir as informações como notas fiscais e etc. Não há diferença entre poderes.
O4	Na maioria das vezes as informações são fornecidas dentro do prazo estabelecido pelo Observatório. Sendo que poucas vezes demoram mais que o prazo disponibilizado. Quando não é respondido conforme a qualidade esperada, envia-se outro ofício solicitando os esclarecimentos necessários para dar continuidade à análise dos dados.
O5	acessibilidade de dados através do portal de transparência.
O6	Os dados disponibilizados normalmente vêm desconfigurados e "bagunçados". Não há diferença.
O7	Quando as informações são solicitadas pelo Observatório, geralmente vem em formato impresso, mesmo que tivesse pedido digital, o que dificulta o trabalho com estes dados. As informações estão dentro de ícones que dificultam o cidadão comum localizá-las e consultá-las.
O8	Não temos a dificuldade temos boa receptividade em ambos
O9	Transparência passiva sempre pedem 30 dias para responder, sendo que a maioria das informações estão disponíveis e poderia ser atendida na hora.
O10	Os prazos e a necessidade de solicitar via ofício, o que acaba demorando a ter um retorno.
O11	Como estamos atuando no executivo, ali as dificuldades se deram em algumas vezes na demora da disponibilização dos pedidos, mas sempre foram atendidos
O12	Sim, há muita diferença entre os poderes. As informações poderiam vir mais sintetizadas, parece que não há uma interpretação de texto, em alguns casos, não há a compreensão do pedido.
O13	Desafios: Ter disponível uma portal transparência com melhor navegabilidade, mais intuitivo,  Dificuldades: em encontrar as respostas às pesquisas realizadas, encontrar os documentos, acesso a relatórios.

O14	Os poderes, em nossa cidade, estão bastante alinhados nesse sentido. Não temos encontrado dificuldades em nossas solicitações. Apenas percebemos uma certa morosidade.
-----	--

O Quadro 8 apresenta e reforça a falta de padronização das informações entregues pelos órgãos públicos aos OSM's. Quando as informações não possuem uma estrutura definida e são apresentadas em diferentes formatos, existe uma maior dificuldade em manter um histórico que proporcione comparações e identificação de evoluções.

Há de se destacar que alguns dos municípios – O4, O8 e O14 – manifestaram que as necessidades estão sendo atendidas.

O Quadro 9 mostra as respostas dos OS's com relação à ocorrência de resistências na prestação das informações.

Quadro 9 - Há resistência por parte do poder executivo e legislativo para prestação de dados, informações e explicações de valores e documentos?

Observatórios	Respostas
O1	Há resistência por parte do poder executivo municipal em fornecer informações. Do poder legislativo, há resistência em dar certas explicações.
O2	Sim, muitas vezes informam que a informação está no portal da transparência, no entanto não é de fácil compreensão alguns dados.
O3	Depende do tipo de informação que solicitamos.
O4	Até o presente momento não encontramos resistência por parte de nenhum dos poderes.
O5	Sim, nosso maior problema hoje são as repostas de ofícios, as quais quase nunca recebemos.
O6	Não.
O7	Não.
O8	Não
O9	Não. Apenas com prazo, que em nosso entendimento não necessitaria em razão da disponibilidade das informações.
O10	Geralmente não.
O11	Não
O12	Sim, principalmente por parte do legislativo.
O13	Sim
O14	Não, atualmente ambos os poderes têm nos dado boa acessibilidade.

O Quadro 9 apresenta uma realidade interessante que é, se as informações estivessem dispostas nos portais de transparência, no formato conforme determina a LAI, boa parte do retrabalho em fazer ofícios, documentos e pedidos, seriam suprimidos pelo acesso simples e rápido ao portal.

Em alguns casos, os sistemas de prefeitura e câmara de vereadores e portais municipais são construídos por três fornecedores diferentes, o que dificulta a integração de dados e a disponibilização de informações acontece em formatos padronizados na ótica de cada fornecedor.

Quadro 10 – Comentários gerais

Observatórios	Respostas
---------------	-----------



O1	Ambos os poderes acabam por acusar, em situações de grandes polêmicas, os integrantes do OSB – O1 de ter interesses políticos.
O6	Sem mais comentários.
O9	Entendemos que o Código de Defesa dos Usuários dos Serviços Públicos é um excelente instrumento jurídico a ser trabalhado para efetivação pelos observatórios.
O11	Nosso Observatório sempre atento, voluntariado trabalhando juntos, são vários olhares de todos os ângulos para acompanhar de forma clara como o dinheiro público está sendo aplicado. Dentre as dificuldades que temos de pessoal voluntario, os trabalhos vêm sendo executados da melhor forma possível
O12	Ainda não há a cultura de o funcionário pública ter a consciência de que ele trabalha para o cidadão. Quando estamos na Câmara ou Prefeitura, somos vistos como intrusos, parece que sempre há algo a esconder.
O13	A relutância do poder público em facilitar o encontro das mais diferentes informações, especialmente nos portais de transparência. Respostas evasivas dos gestores públicos; Relutância de alguns gestores em perceber no Observatório Social um parceiro e não um adversário.

Evidencia-se com o quadro 10 uma relutância em apoiar as ações dos OSMs, respostas evasivas. A percepção é que existe uma competição e que ambos são adversários, quando a verdade é que um colabora com o outro no intuito de fazer uma gestão pública eficiente e que o beneficiário seja o cidadão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os OSMs possuem um papel importante de apoio ao controle social, mas somos sabedores, que o principal papel, o principal agente de transformação, é o cidadão, quando elege seus governantes e depois no monitoramento das ações conforme definidas nos planos de governo. Essa situação seria a ideal, porém, sabemos também da corrupção e falta de compromissos de alguns gestores públicos com o dinheiro público.

Neste sentido, um grupo de pessoas, bem-intencionadas, criaram a rede de observatórios sociais do Brasil, com o propósito de monitorar as contas públicas e a correta aplicação do recurso público. Para que isso aconteça, é impreterível ter informações e acesso às informações que retratem de forma fidedigna os eventos feitos com o dinheiro público.

Exatamente, neste ponto, começa o problema da não disponibilização de informações necessárias e de qualidade para o cidadão, mesmo com a criação da Lei de Acesso à Informação LAI, alguns gestores públicos ignoram os dispostos na lei, e as informações, quando disponibilizadas, são de qualidade ruim e de difícil acesso.

Os OSMs também encontram dificuldades em acessar as informações, precisam questionar os gestores por meio de ofícios, documentos, e recebem informações confusas e que não respondem totalmente as dúvidas. É todo um retrabalho que acontece devido à

falta de portais preocupados em informar detalhadamente os eventos da gestão pública.

É preciso mudar este contexto e temos o exemplo dos OSMs como precursores disso, agora também o cidadão precisa fazer sua parte na cobrança para que gestores públicos se preocupem em disponibilizar informações de qualidade.

## REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BOTELLO, Blanca et al. Metodología para el mapeo de activos de salud en una

BRASIL. Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, 2011.

BRASIL. Lei nº 13.204 de 31 de julho de 2014. Regula parcerias entre administração pública e organizações da sociedade civil. **Diário Oficial da União**, 2014.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

COOKE, P. et al. **Regional innovation systems: institutional and organizational dimensions**. Research Policy, 26, p. 475-491, 1997.

DALFOVO, Oscar; SCHIRMANN, Fabio Rodrigues; CORREIA, Rion Brattig. A utilização do observatório da educação como inteligência competitiva em uma instituição de ensino superior. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 3, n. 2, p. 140-158, 2010.

DINIZ, V.; TALIBERTI, H.; GUIMARÃES, C. (2012). **A função do Estado na redução da assimetria da informação**. In Tensões em Rede: os limites e possibilidade da cidadania na internet. SILVEIRA, S.; JOSGRILBERG, F. (org). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista, 2012.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Alberto; RESENDE, Larissa. Boas práticas de transparência, informatização e comunicação social no licenciamento ambiental brasileiro: uma análise comparada dos websites dos órgãos licenciadores estaduais. **Eng. sanit. ambient**, v. 21, n. 2, p. 295-306, 2016.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. Refl etindo Sobre a Gestão dos Espaços Turísticos: perspectivas para as redes regionais de turismo. **Revista Turismo em Análise**, v. 20, n.3, dezembro 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JAHAN, Nowrozy Kamar et al. The rural bite in population pyramids: what are the implications for responsiveness of health systems in middle income countries?. **BMC public health**, v. 14, n. 2, p. S8, 2014.

LEITE, Fernando Cesar Lima e COSTA, Sely Maria de Souza. Gestão do conhecimento científico: proposta de um modelo conceitual com base em processos de comunicação científica. In: Revista Ci. Inf, Brasília, v. 36, n. 1, p. 92 -107, jan./abr. 2007.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MICHAELIS. 2017. Disponível em:  
<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=transpar%C3%Aancia>. Acesso em: 23 de novembro de 2017.

OSB. Observatório Social do Brasil. 2017. Disponível em <http://osbrasil.org.br/o-que-e-o-observatorio-social-do-brasil-osb/>. Acesso em: 23 nov. 2017.

OSB. Observatório Social do Brasil. Código de Conduta. 2018. Disponível em:  
<[http://osbrasil.org.br/wp-content/uploads/2018/11/OSB\\_Codigo\\_de\\_Conduta\\_2\\_edicao\\_versao\\_final.pdf](http://osbrasil.org.br/wp-content/uploads/2018/11/OSB_Codigo_de_Conduta_2_edicao_versao_final.pdf)> Acesso em: 27 jan. 2020.

SAKATA, Marici Cristine Gramacho et al. Construção do Observatório USP CONTECSI: Análise da dinâmica científica e impacto nacional e internacional de um congresso acadêmico. **Revista PRISMA. COM**, n. 20, 2013.

SALM, José F.; MENEGASSO, Maria E. Proposta de modelos de coprodução do Bem Público a partir das Tipologias de Participação. XXXIV Encontro da ANPAD. ENANPAD, Rio de Janeiro, 2010.

SAVAS, Emanuel S. Information systems in a New York urban observatory: Keynote address. **Socio-Economic Planning Sciences**, v. 1, n. 3, p. 203-208, 1968.

SCHAAFF, A.; JAGADE, S. Mobile applications and virtual observatory. **Astronomy and Computing**, v. 11, p. 155-160, 2015.

SCHOMMER, Paula Chies et al. Accountability and co-production of information and control: social observatories and their relationship with government agencies. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 6, p. 1375-1400, 2015.

SECCHI, L.. Modelos organizacionais e reformas na administração pública. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347-369, mar/abr., 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n2/v43n2a04.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

STAROSCKY, E. A. et al. A transparência dos portais das prefeituras em municípios catarinenses sob a perspectiva da legislação brasileira. 2014.

VAZ, José Carlos. (2007). **Internet e promoção da cidadania**: a contribuição dos portais municipais. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos de pesquisa em administração**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

WEHN, Uta; EVERS, Jaap. The social innovation potential of ICT-enabled citizen observatories to increase eParticipation in local flood risk management. **Technology in Society**, v. 42, p. 187-198, 2015.

WILKINSON, John. Public Health Observatories in England: recent transformations and continuing the legacy. **Cadernos de saúde pública**, v. 31, p. 269-276, 2015.